

HABEAS CORPUS Nº 570.677 - SP (2020/0079913-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : LEONARDO PIRES DA SILVA
ADVOGADO : LEONARDO PIRES DA SILVA - SP390880
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO CARLOS SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 24):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - REGRESSÃO AO REGIME FECHADO POR DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO DO REGIME ABERTO - DECISÃO QUE DEVE SER COMBATIDA POR RECURSO ADEQUADO - JUSTIFICATIVA DO PACIENTE CONFLITANTE COM AS TESTEMUNHAS OUVIDAS - AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA QUE JUSTIFIQUE O ACOLHIMENTO DO PLEITO - ORDEM DENEGADA.

Narram os autos que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal ante a decisão do magistrado das execuções que teria determinado sua regressão ao regime fechado ante a ocorrência de falta grave.

Interposto *mandamus* na origem, a ordem restou denegada.

Daí o presente *writ* no qual sustenta a defesa, em síntese, que o paciente não descumpriu dolosamente a condição fixada para o regime aberto e, no momento que teve para justificar a falta, apresentou motivo idôneo para a ausência (doença de sua filha de 4 meses) quando da fiscalização policial em sua residência. Entende o impetrante que há desproporcionalidade na decisão regressiva de 1º grau, e que essa não levaria em conta o sistema progressivo de cumprimento de pena.

Aduz que o paciente já cumpriu mais de 70% da pena em regime fechado/semiaberto; a sua condição de primariedade durante o processo de conhecimento; ausência de violência ou grave ameaça no crime cometido; bom comportamento carcerário durante o cumprimento da pena; que é arrimo de família e possui emprego fixo; que se apresentava mensalmente para justificar suas atividades; e que frequentava cultos religiosos (fl. 17).

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente possa aguardar o julgamento do presente *habeas corpus* em liberdade.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de cassação da decisão de 1º grau, que regrediu o paciente ao regime fechado, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, garantindo-se assim a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator